



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025
“EXCLUSIVA”

CONTRATANTE
SECRETARIAS SEMUSA-SEMU

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em fornecimento de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE) e servidores da Secretaria de Urbanismo, por meio de Registro de Preços.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 125.913,22 (Cento e vinte e cinco mil, novicentos e treze reais e vinte e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

30/06/2025 às 10:30 (horário de Brasília) no sítio

Plataforma de Compras: www.licitanet.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

GARANTIA DE PROPOSTA

NÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

“fundamentado nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, na IN 73/2022, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.”

INSTRUMENTO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO

Renata Nunes Romão
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA
Port. 4730/2023

OBS: (Os arquivos dos documentos habilitatórios deverão ser enviados em um único arquivo em PDF, o mesmo para a proposta atualizada com memorail descritivo, folders, etc..)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

“EXCLUSIVO - ME/EPP/EQUIPARADAS”

1. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

O Município de Rio Crespo/RO, através da Comissão de Contratação e Agente de Contratação, nomeados pela portaria nº 2470/2023, com sede na Avenida Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro, torna público á quem possa interessar que se encontra instaurada a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tudo em conformidade com as regras estipuladas nas legislações vigentes, conforme descrito neste edital e seus anexos, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, na IN 73/2022, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.1.1. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- 1* Condutora do Processo(PREGOEIRA): **Renata Nunes Romão – Agente de Contratação.**
- 2* Responsável pela elaboração do Edital: **Eunice Souza dos Santos.**

➤ DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES: **Dia 30/06/2025**, às 10h32min.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

- 3* Setor de Compras (Deptº de Compras, Licitações e Contratos) e-mail: licitacao@riocrespo.ro.gov.br, Prefeitura Municipal - endereço eletrônico Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br e Portal Licitanet – www.licitanet.com.br.

1.2 DO OBJETO:

1.2.1 Contratação de empresa especializada em fornecimento de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE) e servidores da Secretaria de Urbanismo, por meio de Registro de Preços.

Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br. A LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e



horário, conforme abaixo:

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeira em contrário.

Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.3 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.3.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo Nº 296/2024, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

2.2. A impugnação "deverá" ser realizada exclusivamente através do Plataforma Licitanet, não sendo aceitos outros meios a não ser os aqui definidos.

2.3. Caberá a Agente de Contratação/pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de Contratação/pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através da Plataforma Licitanet.

2.6. A Agente de Contratação/Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e anexos.

2.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação/Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

2.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no



sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

3.2 Não cabe aos licitantes, após a abertura da sessão a alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.3 Como requisito para participação e habilitação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

3.5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.5.1 O certame será conduzido pelo(a) Agente de contratação(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

3.5.2 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

3.5.3 Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

3.5.4 Abrir as propostas de preços;

3.5.5 Analisar a aceitabilidade das propostas;

3.5.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;

3.5.7 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

3.5.8 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

3.5.9 Declarar o vencedor;

3.5.10 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

3.5.11 Elaborar a ata da sessão;

3.5.12 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

3.5.13 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.6 O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, através do endereço eletrônico Portal da Transparência www.riocrespo.ro.gov.br, na Plataforma de Licitações “Licitanet, através do endereço www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação para recebimento de propostas.

3.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de avisos ou quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

3.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão



ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

3.9.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação** e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

3.9.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

3.9.3 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

3.9.3.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

3.5.3.2 – Para todas as empresas;

dias	dias	0 dias	5 dias
134,00	224,00	377,00	557,00

3.9.3.2 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.9.3.3 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Rio Crespo.

3.10 Poderão participar desta Licitação somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

3.11 Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

3.12 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

3.12.1 VEDAÇÕES

3.12.2 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

3.12.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.12.4 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela



necessários;

3.12.5 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, bem como o licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.12.6 Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.12.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.8 Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.9 Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

3.12.10 Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.12.11 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

3.12.12 Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

3.12.13 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem aos itens 3.8.2. e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

3.12.14 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, deverá ser esclarecida poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014- 6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento,



aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 5.2**

4.4. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

4.5. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

4.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones:

(34) 3014-6633 (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

4.7. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio Crespo, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5. – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

5.1 No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.1.1 Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

5.2 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;



- 5.4 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.5 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;
- 5.6 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;
- 5.7 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 5.8 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; 6.10.. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.10 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;
- 5.11 Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.12 O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
- 5.13 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).
- 5.14 O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e alterações**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
- 6.2. Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.
- 6.3. Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.
- 6.4. Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

7 DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA



ELETRÔNICO

7.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital conforme **item 1.1**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
- II. Marca/Modelo;
- III. Fabricante;
- IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

7.2. A etapa do anexo da documentação e proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

7.3. O envio da proposta, exigidos no **Anexo II** deste edital, deverá ser **ENVIADO** na ordem em que **foram solicitados** e em um único anexo em **PDF COMPRIMIDO**, ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

7.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

- A falsidade da declaração de que trata o 7.2.3 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

7.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Ag. de Contratação/Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

7.9. As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

7.10. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão



pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.11. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

7.12. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

7.13. **Se caso houver divergência da posição dos itens no Termo de Referência com o da Plataforma Licitanet, será considerado a posição dos itens na plataforma Licitanet.**

8 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no **item 1.1**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, a Ag. de Contratação/Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

8.1. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

V. Valor unitário e total dos itens;

VI. Marca/Modelo;

VII. Fabricante;

VIII. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Ag. de Contratação/Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

8.3. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

8.4. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências.

8.5. **AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM DECLASSIFICADAS DO CERTAME PELA PREGOEIRA.**

8.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

8.7. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



recebimento e respectivo horário de registro e valor.

- Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

- Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Ag. de Contratação/Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

- Em casos de diligências no anexo da proposta inicial - à Comissão Julgadora promoverá as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame. É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: “atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.

8.8. A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pela Ag. de Contratação/Pregoeira, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 09.

8.9. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

8.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

8.13. **DA EXEQUIBILIDADE** – Conforme IN 73/2022 Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.14. Sendo efetuado lance manifestamente **inexequível acima de 50%**, a Ag. de Contratação/Pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, a ser excluído, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente, persistindo o lance inexequível, **poderá a Agente de Contratação exigir uma garantia de proposta para segurança desta Administração;**

8.15. Permanecendo a proposta considerada inexequível, o proponente **deverá** comprovar a exequibilidade de sua proposta, apresentando justificativas e documentos tais como CONTRATO(S) e FATURA(S) com objeto e preços compatíveis aos ofertados pela licitante para a contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declarações da CONTRATANTE que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível com o da pretensão contratual. A falta do envio da comprovação resultará na desclassificação da proposta.

- A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o



sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

8.16. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá a oportunidade de enviar sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

9 DO MODO DE DISPUTA

9.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos da lei 14.133/21 e o DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

9.1. **Modo de Disputa Aberto** - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$ 1,00 (um real) menor que o valor do último lance.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação.

10.3.1 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.5 **Modo de Disputa Aberto e Fechado** - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

10.6 Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.7 Encerrado o prazo de que trata, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por centos superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.8 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.8.1 Encerrados os prazos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.9 Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa.

10.10 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o



reinício da etapa fechada.

11. DA DESCONEXÃO DA PREGOEIRA

11.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.2. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.2.1. *Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 12 (doze) horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.*

12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's

12.1. Na disputa de itens de participação **Exclusiva** ou **Cotas Reservadas** para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

12.1.1. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individuais sediadas locais, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou **até dez por cento superiores** ao menor preço;

b) nos termos do Decreto Municipal 1175/2016, **nos itens destinados às ME/EPP/MEI**, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.

II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.

III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:

I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Rio Crespo;

II – Entendem-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião do Vale do Jamari, sendo: Ariquemes, Cacauplandia, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Machadinho do Oeste e Cujubim, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada



exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

13. DO DESEMPATE

13.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei complementar 003/2018, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses, nesta ordem:

- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.1.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- empresas brasileiras;
- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- Exauridas as condições estabelecidas no art. 60 da Lei 14.133/2021, proceder-se-á com **SORTEIO ELETRÔNICO**, disponibilizado pela plataforma Licitanet em conformidade com a Instrução Inicial de Representação com Pedido de Cautelar TC 039.591/2023-3 do TCU.

14 DO BENEFÍCIO REGIONAL

14.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 1175, de 2016, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

14.2 Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

14.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor



classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

14.4 a hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada com base no item 7.14.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 7.14.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

14.6 Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

14.7 Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;

14.8 os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: **Ariquemes, Monte Negro, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim e Machadinho D'Oeste.**

14.9 Os benefícios previstos nos itens não se aplicam quando: I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

14.10 Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, será promovido sorteio, mediante convocação de todos os licitantes participantes do certame, nos termos do Art. 45, §2º.

14. – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de **02 (Duas) horas**, contado da solicitação da Ag. de Contratação/Pregoeira no sistema, para envio da Proposta readequada ao último lance ofertado após ACEITE e a 1º fase de intenção de recurso e, se necessário, dos documentos complementares.

§ 3º Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, inclusive quando a legislação ou o edital exigirem apresentação de planilha de composição de preços.

14.2. Após finalização dos lances, aplicação de benefício regional **quando houver**, negociações e atualizações dos preços e após o Aceite, a Pregoeira abrirá prazo de 15 minutos para intenção de recurso e após as **02 duas horas**, para os licitantes anexarem a proposta readequada e os documentos habilitatórios. Examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total encontra-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais**;

14.3. A Ag. de Contratação/Pregoeira não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços.



14.4. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

15 - DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

15.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchido, juntamente com a documentação habilitatória e **complementar** (Anexo II), caso haja.

15.2. O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET/LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16. – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Cumpridas as etapas anteriores, a Ag. de Contratação/Pregoeira verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

16.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela Pregoeira, por meio do CHAT MENSAGEM;

16.2. Se a proposta de preços não for aceitável, a Ag. de Contratação/Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

16.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

16.3.1. A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

16.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste edital de licitação;

16.5. A Ag. de Contratação/Pregoeira poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/ FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

16.6 A proposta final do licitante tem validade 60 dias a parti da abertura do pregão.

16.7 Após, a Ag. de Contratação/Pregoeira irá abrir a **PRIMEIRA FASE** de intenção de recurso.

16.8 DA PRIMEIRA FASE DE INTENÇÃO DE RECURSO APÓS ACEITE DAS PROPOSTAS

16.7.1 Após a fase de julgamento das propostas da etapa de negociação e o aceites das propostas, a Ag. de Contratação/Pregoeira abra a intenção de recurso no prazo de 15 (minutos) para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Nesse momento a Agente de Contratação/Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, sendo realizada a apreciação e definida a resposta na ultima fase de Intenção de Recurso. Nas fundamentações do TCU Acórdão 2180/2023 e Art. 44 do Decreto art. 40 da



IN73/2022 e Art. 44 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

17. – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

17.1. Nos casos em que a Ag. de Contratação/Pregoeira constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

17.2. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

17.2.1. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Ag. de Contratação/Pregoeira procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

17.3. Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, a Ag. de Contratação/Pregoeira se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

17.4. Em casos de ausência de declarações, e ou quando precisar solicitar ao licitante um novo documento atualizado para substituir aquele que tenha sido apresentado com a validade expirada e de outros anexos do edital, que não altere ou fira os objetivos da licitação, **PODERÁ** a Agente de Contratação/Pregoeira abrir diligência e prazo de documentos complementares.

18 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

18.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo III** deste edital.

18.2. A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

18.3. A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

18.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for à matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

18.6. A Administração, por meio da Comissão ou servidor (es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

18.7. Depois de solicitado pela Ag. de Contratação/Pregoeira, a empresa melhor classificada terá o prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** para enviar a documentação **complementar** para habilitação através do módulo HabilitaNet/Licitanet.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



18.8. A Ag. de Contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

18.9. Os documentos de habilitação devem estar em conformidade ao Art 62º da Lei Federal nº 14.133/21 em casos de descumprimento, poderá a Ag. de Contratação/Pregoeira considerar o proponente **INABILITADO**.

18.10. Art. 62/14.133 – 2021 - A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista (Conforme Lei Federal 123/2006 em seu Art. 43, que trás o tratamento diferenciado para os ME, EPPS e MEI);

IV - econômico-financeira.

18.11. A ausência dos anexos como Declarações, que compõem no Edital, poderão ser sanados via diligência.

18.12. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pela Ag. de Contratação/Pregoeira via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

18.13. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei.

18.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

18.15. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

18.16. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.17. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Lei nº14 133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

18.19. Poderá a pregoeira prorrogar pelo mesmo periodo o prazo de envio de documentos habilitatórios/proposta readequada, diante de solicitação do licitante e ou em casos de diligência.



18.20. A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

18.21. Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

18.22. Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dubio ou pouco objetivo, a Ag. de Contratação/Pregoeira poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

18.23. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, a Ag. de Contratação/Pregoeira HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

19 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.2 Documentos pessoais dos Sócios;

19.3 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

19.3.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

19.3.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

19.3.4 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

19.3.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou, da consolidação respectiva;

19.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

19.4.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

19.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.4.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.



19.4.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

19.4.5 A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de prova de regularidade, através da apresentação de ***Certidão da dívida ativa do Estado (no caso de ser do Estado de Rondônia, seguir a Instrução Normativa nº 12/2021/GAB/CRE).***

19.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

19.5 **REGULARIDADE CADASTRAL:**

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

19.6 **DECLARAÇÕES**

19.6.1 Apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO ANEXO IV) contendo o seguinte:

OBS: Sob pena de desclassificação, a declaração deverá conter:

19.6.1.1 Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

19.6.1.2 Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.3 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

19.6.1.4 Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Rio Crespo-RO.

19.6.1.5 Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

19.6.1.6 Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;

19.6.1.7 Que Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, IV da lei 14.133/2021;

19.6.1.8 Que o(s) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital e que a(s) marca(s) e especificação(ões) entregues serão a mesma ofertada na proposta;

19.6.1.9 Que toda documentação anexada à plataforma LICITANET é autêntica.

19.6.1.10 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, IV § 1º da lei 14.133/2021;

19.6.1.11 QUANDO Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual:



declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

19.6.1.12 Declara ainda tem ciência da observância dos limites de valor anual de enquadramento conforme art 4º § 2º da lei 14.133/2021.

19.6.1.13 . **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº 14.133/2021):**

19.6.1.14 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, **demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar;**

19.5.1.15 O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu o objeto, em quantidade não inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto previsto, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

19.5.1.16 A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes;

19.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

19.7.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021), expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

a.1) A certidão acima referida deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes (cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas);

19.7.2 A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, em curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

19.7.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo em determinadas situações de amparo legal pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

19.7.4 Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

20 DOS RECURSOS

20.1 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo aberto pela Ag. de Contratação/Pregoeira, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

20.2 A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a Ag. de Contratação/Pregoeira a



adjudicar o objeto à licitante vencedora.

20.3 A Ag. de Contratação/Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

20.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

20.5 Os recursos serão dirigidos à Superintendência Municipal de Licitações - SML, por intermédio da Ag. de Contratação/Pregoeira, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

20.6 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da SML, na Sede do Município de Rio Crespo - RO, no endereço mencionado anteriormente.

21 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.2 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e Contrato (se for o caso), cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

21.4 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Gestora de Contratos da ARP.

21.5 A ata a ser firmada entre esta Municipalidade e a vencedora do certame terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

21.6 Caso haja interesse entre as partes, a Ata poderá ser prorrogada por idêntico período, com base no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- a) A detentora tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações;
- b) Pesquisa prévia revele que os preços ofertados são compatíveis com os de mercado;
- c) Os quantitativos estimados na Ata de registro de Preços serão renovados proporcionalmente ao período de prorrogação, observada a estimativa de consumo pelo órgão gerenciador e pelos órgãos e entidades participantes inicialmente previstos;

21.7 A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 90 (noventa) dias do término da sua vigência.

21.8 A inexistência de pronunciamento, conforme subitem 15.6, dará ensejo à Administração, a



seu exclusivo critério, promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

21.9 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

21.10 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses desde que haja autorização formal da autoridade competente.

21.11 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

21.12 Obs: O detentor da Ata obrigar-se a assinar a Ata de Registro de Preço na Plataforma Licitanet, para cumprimentos das publicações no Portal PNCP.

22 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

21.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o MAIOR DESCONTO apurado, a Ag. de Contratação/Pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES ADJUDICANDO-O.

21.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

21.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Ag. de Contratação/Pregoeira sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

21.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

21.5 Quando houver recurso e a Ag. de Contratação/Pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Ag. de Contratação/Pregoeira.

21.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

22 DO PAGAMENTO

22.1 O pagamento das notas fiscais se dará conforme ordem cronológica, não ultrapassando 30 dias, contando a partir do recebimento do produto/serviço, conforme previsto na lei e na Minuta de Contrato.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicar a Contratada inadimplente as seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa, sobre o valor contratado, no seguinte percentual:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



§ 1º 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado, no caso de atraso na entrega do objeto do contrato ou na substituição de bens ou serviços, ou ainda, por ocorrência de descumprimento contratual, limitado a 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o valor dos objetos não entregues;

III. Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com Administração, aplicados conforme a seguinte gradação das faltas cometidas:

§ 1º Gravíssima: 05 (cinco) anos, mais declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública. Compreende os casos de crime na execução do contrato, inexecução total e a recusa em assinar o contrato;

§ 2º Grave: 04 (quatro) anos. Compreende os casos de retardamento da execução do objeto com prejuízo à Administração;

§ 3º Leve: 03 (três) anos. Retardamento da execução do objeto, sem prejuízo à Administração;

§ 4º Às demais ocorrências, que não previstas nas alíneas anteriores, será aplicada a suspensão por prazo diretamente proporcional ao percentual da inexecução. Exemplo: Inexecução Parcial de 20% do contrato = 1 ano; Inexecução Parcial de 40% = 2 anos.

a) Pelo descumprimento total ou parcial do contrato pela Contratada, a Administração poderá rescindir o contrato, anular o empenho e/ou aplicar multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

b) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

c) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei;

d) Não se aplica a multa referida no inciso II em casos fortuitos ou de força maior, condicionando a contratada a apresentar justificativa por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega dos objetos, porém, na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada;

e) As penalidades previstas nesse tópico não excluem outras decorrentes da Lei nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021.

f) Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no 14.133, de 01 de abril de 2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

23.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;**

b) Impedimento de licitar e de contratar com o MUNICIPIO DE RIO CRESPO, pelo prazo de até cinco anos;

c) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

23.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o



procedimento previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.5 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23.6 Sem prejuízo das sanções já previamente citadas, será considerado ainda o estabelecido no Termo de Referência.

24 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência e anexos do edital.

25 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência.

26. – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência e anexos do edital.

27. – DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

27.1 Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses;

27.2 Os preços não sofrerão reajuste durante a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo nas condições previstas no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

27.3 Os preços registrados só poderão ser revistos em decorrência de:

27.3.1 Redução daqueles praticados no mercado; ou

27.3.2 Fato superveniente que eleve o custo dos bens registrados.

27.4 Na hipótese do subitem 26.3, alínea “a” acima, a Contratante convocará a empresa registrada/Contratada para negociação a fim de obter a redução dos preços registrados, liberando-a do compromisso caso a negociação seja frustrada, situação em que serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

27.5 Na hipótese do subitem 26.3, alínea “b” acima, caso a Contratada comprove, fundamentadamente, a impossibilidade de manter o preço registrado, a Contratante poderá liberá-la do compromisso assumido, se a comunicação da Contratada ocorrer antes do recebimento da Nota de Empenho.

27.6 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, através de notas fiscais de aquisição do objeto, lista de preços de fornecedores, planilhas demonstrativas do custo dos produtos ou outros que demonstrem, indiscutivelmente, a elevação do custo do objeto;

27.7 Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar/protocolar documento na



Prefeitura do Município de Rio Crespo -RO a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração;

27.8 *O pedido de Reajuste de preço se for entregue após o recebimento de empenho, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.*

28 DAS CONDIÇÕES GERAIS

28.1 A Administração Pública se reserva no direito de:

28.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

28.1.1 Revogar, **se for considerada inoportuna, por interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

28.2 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

28.3 A Pregoeira ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

28.4 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.5 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas na lei 14.133/21 e no DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pela Ag. de Contratação/Pregoeira.

28.6 O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado dos sistemas de cadastramento de fornecedores.

28.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

28.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

28.9 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



considerado o da proposta de preços.

28.10 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

28.11 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

28.12 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

28.13 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

28.14 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

28.15 Fica assegurada a unidade requisitante, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

28.16 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

28.17 Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pela Ag. de Contratação/Pregoeira ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

28.18 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração;

28.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.licitanet.com.br e alternativamente no site www.riocrespo.ro.gov.br.

28.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

28.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (69) 3539-2017/203 na **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML**.

28.22 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021.

28.23 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas



pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

28.24 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

28.25 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3539-2017/203, ou na sede Prefeitura de Rio Crespo /RO.

28.26 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

28.27 A sessão pública poderá ser reaberta:

- ✓ Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- ✓ Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato:
 - ✓ não cumprir as exigências contratuais;
 - ✓ não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006; e
 - ✓ Obs: Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- ✓ solicitar deistência do ITEM após assinatura do contrato.
- ✓ O setor demandante solicitará ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos a reabertura da sessão dès de que justificadamente.
- ✓ Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

28.28 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, ou ainda podendo ser via publicação no Diário Oficial Municipal.

29 – ANEXOS

29.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXQUIBILIDADE (SE NECESSÁRIO);

ANEXO V: MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

28.2. Os documentos descritos nos anexos VI, VII E VIII, estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP bem como no site da prefeitura municipal www.riocrespo.ro.gov.br.

28.3. As empresas participantes do certame, deverá se atentar as especificações dos itens descritos no termo de referência anexado ao edital.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”
E-mail licitacao@riocrespo.ro.gov.br



Rio Crespo, 11 de junho de 2025.

EUNICE SOUZA DOS SANTOS

PREGOEIRA

Port. 4740/2024



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



ANEXO I PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO: 296

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1. OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”):

1.1 Este Termo de Referência tem por objeto Pregão Eletrônico mediante Sistema de Registro de Preços, para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE) e servidores da Secretaria de Urbanismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo.

2. JUSTIFICATIVA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”):

2.1 A aquisição de EPI's e Uniformes se faz necessária para garantir a segurança, a integridade física e a padronização dos servidores em suas atividades diárias. O fornecimento adequado desses materiais é essencial para minimizar riscos ocupacionais, cumprir normas de segurança do trabalho e assegurar a eficiência no desempenho das funções públicas.

2.1. A Secretaria Municipal de saúde visa a necessidade de fornecer EPI'S e UNIFORMES para os ACS e ACE, tendo em vista os ambientes insalubres que estes servidores realizam seus trabalhos, e considerando as influências climáticas (exposição ao sol, chuva, frio), tendo em vista a necessidade de darmos continuidade as ações realizadas por esta Secretaria, através dos serviços prestados por esses profissionais, garantindo o fortalecimento das ações de prevenção e controle da saúde básica.

2.2. A presente aquisição visa fornecer EPI'S e UNIFORMES para os garis e servidores que trabalham diariamente nas atividades de limpeza e conservação da cidade de Rio Crespo. Tendo em vista que esses profissionais enfrentam diariamente uma série de riscos, desde a exposição a materiais perigosos até acidentes de trânsito e condições climáticas adversas como: exposição ao sol, chuva e frio, a segurança e a saúde dos trabalhadores são prioridades fundamentais para qualquer administração pública. No caso dos garis e servidores da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Rio Crespo, a necessidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes é ainda mais crucial devido à natureza dos serviços prestados.

2.3. O fornecimento de EPIs adequados, conforme estipulado pela Norma Regulamentadora 6 (NR-6) do Ministério do Trabalho e Emprego, é essencial para minimizar esses riscos e garantir a integridade física dos trabalhadores. Além disso, a utilização de uniformes padronizados facilita a identificação dos servidores, promovendo uma imagem de organização e profissionalismo, e fortalecendo a comunicação com a população.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

3.1. A presente solução consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e uniformes para os servidores da Administração Municipal, visando atender às exigências de segurança do trabalho, normativas regulamentadoras e promover a padronização dos trabalhadores conforme suas funções.

3.2. Os itens adquiridos garantirão a integridade física dos servidores, minimizando riscos ocupacionais e proporcionando melhores condições de trabalho. A escolha dos materiais seguirá especificações técnicas rigorosas, garantindo conformidade com normas nacionais e internacionais de segurança, como a NR-6.

A solução proposta atende ao princípio da eficiência, pois possibilita um melhor desempenho das atividades pelos servidores, e ao princípio da economicidade, uma vez que a aquisição padronizada evita compras fragmentadas e onerosas ao longo do tempo.

3. Além disso, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, e utilizará a modalidade Registro de Preços, permitindo um melhor planejamento e controle dos estoques e reposições conforme a necessidade da Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”)

4.1. Para garantir a adequação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Uniformes às necessidades da Administração Municipal, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

Requisitos Técnicos e de Qualidade

- Todos os itens fornecidos devem atender às normas de segurança e qualidade estabelecidas por órgãos reguladores, especialmente a Norma Regulamentadora NR-6, do Ministério do Trabalho e Previdência.
- Os EPI's devem possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho.
- Os uniformes deverão ser confeccionados com tecidos de qualidade, duráveis e adequados às condições climáticas e às funções exercidas pelos servidores.
- Os produtos devem ser entregues em perfeitas condições de uso, novos e sem indícios de reutilização ou defeitos.

Requisitos para o Fornecedor

- A empresa deve garantir a reposição ou substituição dos produtos que apresentarem defeitos ou não atenderem às especificações solicitadas, sem custos adicionais para a Administração.

Requisitos de Entrega e Logística

- A entrega dos materiais deverá ser realizada no prazo de 30 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- Os produtos devem ser embalados de forma segura e identificados corretamente para facilitar a conferência no momento da entrega.
- O local de entrega será na Prefeitura Municipal de Rio Crespo situada no endereço Rua



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



Ermelindo Milane, nº 1040 – CEP 76863-000, Rio Crespo-RO.

Requisitos Contratuais e Administrativos

- O contrato será gerenciado e fiscalizado por um servidor designado pela Administração, que acompanhará a execução do fornecimento e atestará o recebimento dos produtos.
- O pagamento será realizado conforme estipulado no contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal e comprovação da entrega dos produtos em conformidade com o solicitado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”)

5.1. A execução do objeto será realizada por meio da aquisição e entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Uniformes, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, atendendo às necessidades da Administração Municipal.

5.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e as condições estipuladas no contrato.

5.3. A empresa contratada deverá entregar os produtos prontos para uso, sem necessidade de ajustes ou modificações.

5.4. A entrega será realizada na Prefeitura de Rio Crespo, de segunda a sexta-feira, em horário comercial; no endereço Rua Ermelindo Milane, nº 1040 – CEP 76863-000, Rio Crespo-RO, das 07:30 às 13:30 hs, durante o horário de funcionamento do setor responsável.

5.5. O prazo máximo para entrega será de 30 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento.

5.6. Todos os produtos deverão ser entregues novos, lacrados e dentro das especificações técnicas exigidas.

5.7. A Administração realizará a conferência dos itens no momento da entrega e poderá recusar aqueles que não atenderem às exigências do contrato.

5.8. Caso haja necessidade de substituição de produtos defeituosos ou fora das especificações, a empresa terá um prazo de 05 dias úteis para a troca, sem custos adicionais.

5.9. A execução do contrato será fiscalizada por um servidor designado, que será responsável pelo acompanhamento do fornecimento e da qualidade dos materiais recebidos.

5.10. A empresa contratada deverá disponibilizar um canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas e eventuais solicitações da Administração.

5.11. O descumprimento dos prazos ou a entrega de produtos em desacordo com as especificações poderá acarretar sanções administrativas, incluindo advertência, multa ou rescisão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

5.12. Em caso de atraso na entrega sem justificativa aceita pela Administração, poderão ser aplicadas penalidades previstas no contrato.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”)

- 6.1. A gestão do contrato será realizada por meio de acompanhamento contínuo da execução dos serviços e fornecimento dos produtos, garantindo que sejam cumpridas todas as obrigações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato firmado entre as partes.
- 6.2. Será designado um Gestor do Contrato, responsável por acompanhar e supervisionar o cumprimento das cláusulas contratuais, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. Também será designado um Fiscal do Contrato, que atuará na verificação da entrega dos materiais e na conformidade dos itens recebidos com as especificações do Termo de Referência.
- 6.4. Monitorar a execução contratual, verificando o cumprimento dos prazos e condições acordadas.
- 6.5. Comunicar formalmente à empresa contratada sobre eventuais não conformidades e solicitar adequações.
- 6.6. Registrar todas as ocorrências relevantes relacionadas ao contrato e adotar medidas corretivas quando necessário.
- 6.7. Garantir que os pagamentos sejam efetuados conforme previsto, mediante a devida comprovação da entrega e aceitação dos produtos.
- 6.8. Realizar a conferência física e documental dos produtos entregues.
- 6.9. Verificar se os EPI's e uniformes estão de acordo com as normas de segurança e especificações do Termo de Referência.
- 6.10. Relatar possíveis irregularidades e solicitar providências à empresa contratada.
- 6.11. Garantir que os produtos defeituosos ou em desacordo sejam substituídos dentro do prazo estipulado.
- 6.12. Será mantido um relatório de acompanhamento do contrato, contendo registros sobre entrega, qualidade dos produtos e eventuais ocorrências.
- 6.13. As solicitações, notificações e comunicações entre a Administração e a empresa contratada deverão ser formalizadas por escrito.
- 6.14. Caso haja necessidade de alteração contratual, estas deverão seguir os procedimentos legais e justificativas adequadas.
- 6.15. O não cumprimento das condições estabelecidas poderá resultar em sanções, tais como advertência, multas, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, ou declaração de inidoneidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.16. A Administração poderá rescindir o contrato em caso de descumprimento grave das obrigações pela contratada, mediante justificativa formal.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”)

7.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega e a aceitação dos produtos fornecidos, observando-se os critérios de medição e conferência estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. A Administração terá um prazo de 5 a 10 dias úteis para verificar se os produtos entregues atendem às especificações exigidas.

7.3. Caso haja não conformidade ou defeitos nos produtos, a empresa contratada será notificada e deverá providenciar a substituição dos itens no prazo máximo de 5 dia.

7.4. Somente após a aceitação formal dos produtos será autorizada a liquidação da despesa.

7.5. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração, após a conferência e aceitação dos produtos.

7.6. O prazo para pagamento será de até 30 dias contados a partir da aceitação dos produtos e da regularidade da documentação fiscal.

7.7. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta da empresa fornecedora indicada no contrato.

7.8. Caso sejam constatadas irregularidades na entrega dos produtos ou na documentação fiscal, o pagamento será suspenso até a devida regularização.

7.9. O atraso na entrega dos produtos poderá acarretar multas e sanções, conforme estipulado no contrato.

7.10. A medição do fornecimento dos EPI's e uniformes será realizada conforme os seguintes critérios:

- Conferência da quantidade de itens entregues em relação ao solicitado no contrato ou na ordem de fornecimento.
- Verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas, normas de segurança e certificações aplicáveis.
- Registro documental da entrega, com assinatura do responsável pelo recebimento e da empresa fornecedora.

7.11. Em caso de reincidência no descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar penalidades como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”)

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em atendimento ao princípio da competitividade e da economicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



8.2. A modalidade da licitação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, no critério de menor preço por item, garantindo maior competitividade e vantajosidade para a Administração.

8.3. O critério de Julgamento adotado será o de menor preço, observando a compatibilidade das propostas com as exigências do Termo de Referência e demais requisitos previstos no edital.

8.4. Poderão participar da licitação empresas que:

- Atendam aos requisitos de habilitação exigidos no edital, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Comproven capacidade técnica para fornecimento dos EPI's e uniformes dentro das especificações e normas de segurança vigentes;
- Apresentem propostas compatíveis com os preços praticados no mercado e de acordo com a estimativa de custos previamente realizada.

8.5. O processo de seleção seguirá as seguintes etapas:

- Publicação do Edital – Divulgação do aviso de licitação no portal oficial, conforme determina a legislação vigente.
- Recebimento das Propostas – Empresas interessadas deverão submeter suas propostas no sistema eletrônico dentro do prazo estabelecido.
- Fase de Lances – Após a abertura das propostas, será iniciada a fase de lances para obtenção do menor preço.
- Negociação – Caso necessário, será realizada negociação direta com o fornecedor que apresentou a melhor oferta.
- Habilitação – Verificação da documentação do fornecedor classificado em primeiro lugar para confirmar sua regularidade e capacidade de execução.
- Adjudicação e Homologação – Após análise e aprovação, o resultado será adjudicado e homologado pela autoridade competente.
- Formalização do Contrato – Assinatura do contrato ou emissão da ata de registro de preços, conforme o modelo de contratação adotado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”)

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, conforme disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa de preços foi realizada considerando fornecedores do ramo, cotações formais, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e bases de dados oficiais.

9.2. Para a definição do valor estimado, foram adotados os seguintes critérios:

- Pesquisa de Mercado: Levantamento de preços junto a no mínimo três fornecedores distintos, devidamente registrados e atuantes no ramo de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Uniformes.
- Contratos Anteriores: Consulta a contratos e processos licitatórios similares realizados por órgãos públicos nos últimos 12 meses.
- Bases de Dados Oficiais: Análise de valores disponíveis em plataformas governamentais, como o Painel de Preços do Governo Federal e sistemas estaduais de compras públicas.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



9.3. A estimativa de valor visa garantir que a Administração obtenha a melhor proposta dentro dos preços praticados no mercado, respeitando o princípio da economicidade. Além disso, possibilita um melhor planejamento orçamentário, evitando contratações superfaturadas ou desatualizadas em relação ao cenário econômico vigente. Portanto, o valor médio estimado da contratação é de R\$ 125.913,22.

10. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (artigo 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)

10.1. A estimativa de quantidades para a contratação de EPIs e uniformes deve observar os princípios da racionalidade, eficiência e economicidade, conforme estabelecido no artigo 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a definição das quantidades encontra-se em ANEXO I apêndice a esse Termo de Referência.

11. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”)

11.1. A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos orçamentários próprios da Administração, conforme dotação específica no orçamento vigente, respeitando as regras fiscais e orçamentárias aplicáveis.

11.2. Os recursos destinados à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Uniformes são provenientes de:

Dotação Orçamentária: 10.003.10.301.0015.2.125. - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de APS (Ação 2E89 - Port. nº 969/2023-MS) .

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO Dotação Orçamentária: 10.003.10.301.0015.2.121. - FES-RO - Cofinanciamento da APS (75.177- 4) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Dotação Orçamentária: 05.001.04.122.0050.2.060. - Manutenção e Apoio Administrativo às Atividades da SEMSU.

Elemento de despesa: 39. 3.3.90.30.00.00– Material de consumo.

11.2. A contratação já foi incluída no planejamento orçamentário anual, garantindo a disponibilidade de crédito para sua execução. A reserva de recursos será realizada mediante a emissão da Nota de Empenho, conforme determina a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

11.3. Caso haja necessidade de suplementação ou ajuste no orçamento, serão adotadas as medidas cabíveis, respeitando os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nas normas aplicáveis à execução orçamentária.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

12.1. A Administração Pública, como contratante, assume as seguintes obrigações na execução do contrato para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Uniformes:

Responsabilidades Gerais

- Especificar com clareza as quantidades, características e requisitos técnicos dos produtos a



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



serem adquiridos, garantindo a transparência e a correta execução do contrato.

- Designar formalmente um gestor e fiscal do contrato para acompanhar sua execução, verificar a conformidade dos produtos entregues e garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
- Emitir as ordens de fornecimento dentro do prazo adequado, garantindo a organização da entrega dos materiais.

Recebimento e Conferência dos Produtos

- Proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos EPI's e uniformes no ato da entrega, verificando se atendem às especificações do Termo de Referência.
- Rejeitar os produtos que não estejam em conformidade com as especificações contratadas, solicitando sua substituição sem custos adicionais à Administração.
- Formalizar o recebimento definitivo dos produtos apenas após a verificação de que os mesmos atendem integralmente às exigências contratuais.

Pagamento e Administração Financeira

- Efetuar o pagamento à contratada dentro do prazo estipulado, desde que todas as condições estabelecidas no contrato tenham sido rigorosamente cumpridas.
- Assegurar que os recursos financeiros estejam devidamente alocados no orçamento para cumprir os compromissos assumidos.

Comunicação e Gestão Contratual

- Manter um canal de comunicação eficiente com a contratada para esclarecimentos, resolução de eventuais problemas e alinhamento das entregas.
- Aplicar as penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento das obrigações pela contratada, observando os princípios da ampla defesa e do contraditório.
- Realizar a fiscalização contínua da execução do contrato, garantindo que os produtos entregues estejam de acordo com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

Conformidade com as Normas Vigentes

Garantir que todo o processo de aquisição esteja em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a legislação trabalhista e as normas de segurança do trabalho vigentes.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

13.1. A empresa contratada deverá Fornecer os EPI's e uniformes conforme especificações descritas no Termo de Referência e na proposta vencedora do certame;

13.2. Garantir que todos os produtos estejam em conformidade com as normas de segurança e qualidade vigentes, especialmente as regulamentações do Ministério do Trabalho e Previdência;

13.3. Apresentar toda a documentação de habilitação, incluindo certidões e atestados técnicos que comprovem a capacidade da empresa para fornecer os materiais contratados;

13.4. Realizar a entrega dos produtos dentro do prazo estipulado no contrato, atendendo ao



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



cronograma definido pela Administração Pública;

13.5. Assegurar que os produtos sejam entregues nas embalagens adequadas, garantindo a integridade dos materiais durante o transporte e armazenamento;

13.6. Informar à Administração sobre qualquer eventualidade que possa impactar no prazo de entrega, solicitando autorização para eventuais ajustes no cronograma, quando justificável;

13.7. Substituir, sem custos adicionais para a Administração, qualquer produto que apresente defeito de fabricação, não esteja em conformidade com as especificações técnicas ou não atenda aos padrões de qualidade exigidos;

13.8. Assegurar um período mínimo de garantia para os produtos fornecidos, conforme estabelecido em contrato;

13.9. Manter-se regular perante os órgãos de fiscalização tributária, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato;

13.10. Cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus funcionários e colaboradores envolvidos na execução do contrato, garantindo que não haja vínculo empregatício entre eles e a Administração Pública;

13.11. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução inadequada do contrato;

13.12. Cumprir todas as penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento das obrigações assumidas, podendo ser advertida, multada ou ter o contrato rescindido, conforme os dispositivos da Lei nº 14.133/2021;

13.6. Manter um canal de comunicação eficiente com a Administração Pública para esclarecer dúvidas, fornecer informações e garantir o bom andamento do contrato.

13.7. Nomear um responsável técnico para acompanhar a execução do contrato e prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A empresa contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento das obrigações contratuais ou inexecução total ou parcial do contrato.

ADVERTÊNCIA

- A advertência poderá ser aplicada quando houver infração de natureza leve, sem prejuízo significativo para a execução do contrato. Essa sanção visa notificar formalmente a contratada para que corrija eventuais falhas ou irregularidades identificadas.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



MULTAS

- Atraso na entrega dos produtos: Multa diária de 0,5% sobre o valor total do contrato, limitada 10% do total contratado.
- Entrega de materiais fora das especificações técnicas: Multa de 5% sobre o valor dos produtos em desacordo.
- Inexecução total ou parcial do contrato: Multa de 10% sobre o valor total do contrato.
- Descumprimento de prazos administrativos: Multa de 2% sobre o valor contratado, conforme especificado no contrato.

14.3. Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Impedimento de Contratar com a Administração.

14.4. A contratada poderá ser suspensa de participar de licitações e impedida de firmar novos contratos com a Administração Pública por até 2 (dois) anos, nos casos de descumprimento grave das obrigações contratuais.

14.5. Nos casos mais graves, em que fique comprovado que a empresa contratada praticou fraudes, atos ilícitos ou condutas lesivas ao interesse público, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade, impedindo-a de contratar com qualquer órgão da Administração Pública por um período de até 6 (seis) anos, conforme prevê o artigo 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

14.6. Procedimento para Aplicação das Sanções

- A aplicação de qualquer penalidade será precedida de regular processo administrativo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- A Administração notificará formalmente a contratada sobre a infração cometida e concederá prazo para manifestação.
- Caso a justificativa apresentada pela empresa não seja aceita, a penalidade será aplicada conforme estabelecido no contrato e na legislação vigente.

15. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da Lei nº 14.133/2021)

15.1. Os casos omissos neste Termo de Referência e no contrato decorrente serão resolvidos com base na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

15.2. Na ausência de previsão específica, serão observadas as disposições normativas aplicáveis ao caso concreto, incluindo regulamentos internos do órgão contratante, bem como orientações e pareceres dos órgãos de controle interno e externo.

16. DAS ALTERAÇÕES

16.1. Quaisquer alterações no contrato decorrente deste Termo de Referência somente poderão ser realizadas mediante justificativa formal e desde que observadas as disposições do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

As modificações poderão ocorrer nos seguintes casos:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



- I – Por acordo entre as partes, para adequação quantitativa ou qualitativa do objeto contratado, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação;
- II – Unilateralmente pela Administração, quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- III – Por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, que alterem as condições de execução contratual.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, este contrato e seus eventuais aditivos serão publicados no portal oficial da Administração Pública e no sistema de transparência governamental, garantindo a devida publicidade e acesso às informações pelos cidadãos e órgãos de controle.

17.2. A publicação é condição indispensável para a eficácia do contrato, salvo nos casos previstos em lei.

18. DO FORO (art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021)

18.1. Fica eleito o Foro da comarca de Ariquemes, no Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Referência que não puderem ser compostos pela conciliação.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1. A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Uniformes é essencial para garantir a segurança dos servidores públicos e a padronização adequada ao desempenho de suas funções. A presente contratação busca assegurar que todos os produtos atendam aos requisitos técnicos e normativos, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e adequado.

19.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência, a eficiência e a economicidade do processo licitatório. A Administração Municipal da Prefeitura de Rio Crespo/RO reforça seu compromisso com a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, adotando todas as medidas necessárias para o cumprimento das normas e o sucesso da contratação.

Rio Crespo – RO 27 de maio de 2025

Elaborado por:

Mari Gavioli



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



TABELA DE PREÇOS E DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtd	Unidade	Vlr. Unit.	Valor Total
1.	AVENTAL: CONFECCIONADO EM PVC + FORRO DE POLIÉSTER. 100% IMPERMEÁVEL MEDINDO 1,20X 0,70 CM NA COR VERDE OU AZUL, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	20	UN	35,67	713,40
2.	BOLSA PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE, CONFECCIONADA EM NYLON 420 MEDINDO 40CM X 30CM, COM 15CM DE PROFUNDIDADE. DUAS DIVISÓRIAS PRINCIPAIS NO CORPO, UM BOLSO FRONTAL MEDINDO 34CM X 24CM, TODAS REPARTIÇÕES COM FECHAMENTO DE ZIPER NÚMERO 8. DIVISÓRIA INTERNA PARA CANETAS E DEMAIS UTENSÍLIOS, ALÇA TRANSVERSAL DE OMBRO EM CADARÇO 40MM COM OMBREIRA, REGULAGEM E MOSQUETES PARA ENGATE. DUAS ALÇAS DE COSTAS ACOLCHOADAS COM MANTA E ACABAMENTO, COM REGULAGEM, 30MM. DUAS ALÇAS DE MÃO/OMBRO COM REFORÇO, EM CADARÇO 30MM. NA PARTE DA FRENTE O SÍMBOLO DA SAÚDE COM AGENTE, E ABAIXO CINCO SÍMBOLOS UM AO LADO DO OUTRO “BRASÃO DA PREFEITURA, UFRGS, CONASEMS, SUS, MINISTERIO DA SAÚDE, GOVERNO FEREDEAL”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	15	UN	310,00	4.650,00
3.	BONÉ COPA: CONFECCIONADA EM BRIM NA COR CAQUI, ENTRETELADO, REGULADOR NA PARTE POSTERIOR POSSIBILITANDO REGULAGEM DE TAMANHO, COM PERSONALIZAÇÃO DE LOGOTIPOS EM SERIGRAFIA EM CORES (TIPO SILKSCREEN) COM SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS NA PARTE FRONTAL.	6	UN	41,67	250,02
4.	BONÉ PARA MICROSCOPISTA COPA: CONFECCIONADA EM BRIM NA COR CAQUI, ENTRETELADO, REGULADOR NA PARTE POSTERIOR POSSIBILITANDO REGULAGEM DE TAMANHO, COM PERSONALIZAÇÃO DE LOGOTIPOS EM SERIGRAFIA EM CORES (TIPO SILKSCREEN) COM SÍMBOLO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO. CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	2	UN	70,33	140,66
5.	MARROM BICO PVC. ACOLCHOADO, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA 10MM, LÍNGUA COM SISTEMA ABERTO, COM BIQUEIRA DE PVC, COM FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 38	3	PAR	250,00	750,00
6.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC. ACOLCHOADO, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA 10MM, LÍNGUA COM SISTEMA ABERTO, COM BIQUEIRA DE PVC, COM FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 41	1	PAR	250,00	250,00
7.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC. ACOLCHOADO, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA 10MM, LÍNGUA COM SISTEMA ABERTO, COM BIQUEIRA DE PVC, COM FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 39	3	PAR	250,00	750,00
8.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC. ACOLCHOADO, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA 10MM, LÍNGUA COM SISTEMA ABERTO, COM BIQUEIRA DE PVC, COM FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 42	3	PAR	250,00	750,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



9.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC. ACOLCHOADO, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA 10MM, LÍNGUA COM SISTEMA ABERTO, COM BIQUEIRA DE PVC, COM FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 36	2	PAR	250,00	500,00
10.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC. ACOLCHOADO, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA 10MM, LÍNGUA COM SISTEMA ABERTO, COM BIQUEIRA DE PVC, COM FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 37	3	PAR	250,00	750,00
11.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC, ACOLCHOADA, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA DE 10MM LINGIA COM SISTEMA ABERTO COM BIQUEIRA DE PVC, FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 41	6	PAR	250,00	1.500,00
12.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC, ACOLCHOADA, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA DE 10MM LINGIA COM SISTEMA ABERTO COM BIQUEIRA DE PVC, FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 36	2	PAR	250,00	500,00
13.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC, ACOLCHOADA, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA DE 10MM LINGIA COM SISTEMA ABERTO COM BIQUEIRA DE PVC, FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 42	2	PAR	250,00	500,00
14.	BOTINA DE SEGURANÇA DE TRABALHO EPI: UNISSEX, BOTA MARROM BICO PVC, ACOLCHOADA, COM CADARÇO PRETO COM BEGE, SOLADO DE PU INJETADO, COLARINHO ACOLCHOADO DE ESPUMA COM ESPESSURA DE 10MM LINGIA COM SISTEMA ABERTO COM BIQUEIRA DE PVC, FORRAÇÃO EXTERNA EM COURO SINTÉTICO CAFÉ, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 37	4	PAR	250,00	1.000,00
15.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 38	6	UN	273,33	1.639,98
16.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 36	3	UN	273,33	819,99
17.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 40	7	UN	273,33	1.913,31
18.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 42	6	UN	273,33	1.639,98



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



19.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 44	5	UN	273,33	1.366,65
20.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 46	9	UN	273,33	2.459,97
21.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 48	7	UN	273,33	1.913,31
22.	CALÇA CARGO UNISSEX, NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), TECIDO EM BRIM REFORÇADO, CONFECCIONADO EM BRIM PESADO, DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS E DOIS BOLSOS CARGO LATERAL <ESTERNO= SENDO UM EM CADA PERNA. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO 50	6	UN	273,33	1.639,98
23.	CALÇA PARA ACE NA COR CAQUI: COM BOLSO ELÁSTICO NO CÓS (PARTE POSTERIOR) COM 02 BOLSOS NA PARTE FRONTAL E 02 BOLSOS NA PARTE TRASEIRA, E DOIS BOLSOS NA PARTE LATERAL DA PERNA UM DO LADO ESQUERDO E OUTRO NO DIREITO, TECIDO EM BRIM, TARJA REFLETIVAS NAS PERNAS, NO BOLSO DA LATERAL DIREITO DEVE CONTER O SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E NO BOLSO DA LATERAL ESQUERDA, SÍMBOLO DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 42	4	UN	291,67	1.166,68
24.	CALÇA PARA ACE NA COR CAQUI: COM BOLSO ELÁSTICO NO CÓS (PARTE POSTERIOR) COM 02 BOLSOS NA PARTE FRONTAL E 02 BOLSOS NA PARTE TRASEIRA, E DOIS BOLSOS NA PARTE LATERAL DA PERNA UM DO LADO ESQUERDO E OUTRO NO DIREITO, TECIDO EM BRIM, TARJA REFLETIVAS NAS PERNAS, NO BOLSO DA LATERAL DIREITO DEVE CONTER O SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E NO BOLSO DA LATERAL ESQUERDA, SÍMBOLO DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 36	2	UN	291,67	583,34
25.	CALÇA PARA ACE NA COR CAQUI: COM BOLSO ELÁSTICO NO CÓS (PARTE POSTERIOR) COM 02 BOLSOS NA PARTE FRONTAL E 02 BOLSOS NA PARTE TRASEIRA, E DOIS BOLSOS NA PARTE LATERAL DA PERNA UM DO LADO ESQUERDO E OUTRO NO DIREITO, TECIDO EM BRIM, TARJA REFLETIVAS NAS PERNAS, NO BOLSO DA LATERAL DIREITO DEVE CONTER O SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E NO BOLSO DA LATERAL ESQUERDA, SÍMBOLO DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 40	4	UN	291,67	1.166,68
26.	CALÇA PARA ACE NA COR CAQUI: COM BOLSO ELÁSTICO NO CÓS (PARTE POSTERIOR) COM 02 BOLSOS NA PARTE FRONTAL E 02 BOLSOS NA PARTE TRASEIRA, E DOIS BOLSOS NA PARTE LATERAL DA PERNA UM DO LADO ESQUERDO E OUTRO NO DIREITO, TECIDO EM BRIM, TARJA REFLETIVAS NAS PERNAS, NO BOLSO DA LATERAL DIREITO DEVE CONTER O SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E NO BOLSO DA LATERAL ESQUERDA, SÍMBOLO DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 56	2	UN	291,67	583,34
27.	CALÇA PARA MICROSCOPISTA NA COR CAQUI: COM BOLSO ELÁSTICO NO CÓS (PARTE POSTERIOR) COM 02 BOLSOS NA PARTE FRONTAL E 02 BOLSOS NA PARTE TRASEIRA, E DOIS BOLSOS NA PARTE LATERAL DA PERNA UM DO LADO ESQUERDO E OUTRO NO DIREITO,	4	UN	291,67	1.166,68



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



	TECIDO EM BRIM, TARJA REFLETIVAS NAS PERNAS, NO BOLSO DA LATERAL DIREITO DEVE CONTER SÍMBOLO DA SECRETÁRIA DE SAÚDE, E BOLSO ESQUERDO O SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO. CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO 42				
28.	CAMISA MANGA CURTA GOLA REDONDA NA COR CAQUI: FEMININA: EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPAS FRONTAIS MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. FRENTE DEVERÁ CONTER A LOGO NA ALTURA DO PEITORAL LADO DIREITO, SÍMBOLO DA BANDEIRA DE RIO CRESPO E DO LADO ESQUERDO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS, NA MANGA DO LADO DIREITO O SÍMBOLO DO SUS E NA PARTE POSTERIOR DAS COSTAS, SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – SEMUSA, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	6	UN	71,67	430,02
29.	CAMISA MANGA CURTA GOLA REDONDA NA COR CAQUI: FEMININA: EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPAS FRONTAIS MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. FRENTE DEVERÁ CONTER A LOGO NA ALTURA DO PEITORAL LADO DIREITO, SÍMBOLO DA BANDEIRA DE RIO CRESPO E DO LADO ESQUERDO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS, NA MANGA DO LADO DIREITO O SÍMBOLO DO SUS E NA PARTE POSTERIOR DAS COSTAS, SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – SEMUSA, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	2	UN	71,67	143,34
30.	CAMISA MANGA CURTA GOLA REDONDA NA COR CAQUI: FEMININA: EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPAS FRONTAIS MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. FRENTE DEVERÁ CONTER A LOGO NA ALTURA DO PEITORAL LADO DIREITO, SÍMBOLO DA BANDEIRA DE RIO CRESPO E DO LADO ESQUERDO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS, NA MANGA DO LADO DIREITO O SÍMBOLO DO SUS E NA PARTE POSTERIOR DAS COSTAS, SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – SEMUSA, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	2	UN	71,67	143,34
31.	CAMISA MANGA CURTA GOLA REDONDA NA COR CAQUI: MASCULINO: EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPAS FRONTAIS MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. FRENTE DEVERÁ CONTER A LOGO NA ALTURA DO PEITORAL LADO DIREITO, SÍMBOLO DA BANDEIRA DE RIO CRESPO E DO LADO ESQUERDO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS, NA MANGA DO LADO DIREITO O SÍMBOLO DO SUS E NA PARTE POSTERIOR DAS COSTAS, SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – SEMUSA, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	2	UN	71,67	143,34
32.	CAMISA MANGA CURTA GOLA REDONDA NA COR CAQUI PARA MICROSCOPISTA: MASCULINO: EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPAS FRONTAIS MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM DE	2	UN	71,67	143,34



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



	ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. FRENTE DEVERÁ CONTER A LOGO NA ALTURA DO PEITORAL LADO ESQUERDO, SÍMBOLO DA BANDEIRA DE RIO CRESPO E DO LADO DIREITO NA PARTE SUPERIOR DO PEITORAL, SÍMBOLO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ESCRITO A CIMA A FUNÇÃO DE MICROSCOPISTA E NA MANGA DO LADO DIREITO O SÍMBOLO DO SUS. CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G				
33.	CAMISA MANGA LONGA: FEMININA: CONFECCIONADAS NO TECIDO BRIM, NA COR CAQUI OU AREIA, COM FEIXES E BOTÕES CENTRALIZADOS, CONTENDO DOIS BOLSOS SUPERIORES, LADO DIREITO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E BOLSO ESQUERDO SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	3	UN	203,33	609,99
34.	CAMISA MANGA LONGA: FEMININA: CONFECCIONADAS NO TECIDO BRIM, NA COR CAQUI OU AREIA, COM FEIXES E BOTÕES CENTRALIZADOS, CONTENDO DOIS BOLSOS SUPERIORES, LADO DIREITO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E BOLSO ESQUERDO SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	1	UN	203,33	203,33
35.	CAMISA MANGA LONGA: FEMININA: CONFECCIONADAS NO TECIDO BRIM, NA COR CAQUI OU AREIA, COM FEIXES E BOTÕES CENTRALIZADOS, CONTENDO DOIS BOLSOS SUPERIORES, LADO DIREITO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E BOLSO ESQUERDO SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG	1	UN	203,33	203,33
36.	CAMISA MANGA LONGA: MASCULINO: CONFECCIONADAS NO TECIDO BRIM, NA COR CAQUI OU AREIA, COM FEIXES E BOTÕES CENTRALIZADOS, CONTENDO DOIS BOLSOS SUPERIORES, LADO DIREITO O CARGO DE MICROSCOPISTA E LOGO A BAIXO A LOGO DA SECRETARIA DE SAÚDE, BOLSO ESQUERDO A BANDEIRA DO MUNICÍPIO E PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	2	UN	203,33	406,66
37.	CAMISA MANGA LONGA: MASCULINO: CONFECCIONADAS NO TECIDO BRIM, NA COR CAQUI OU AREIA, COM FEIXES E BOTÕES CENTRALIZADOS, CONTENDO DOIS BOLSOS SUPERIORES, LADO DIREITO SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E BOLSO ESQUERDO SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	1	UN	203,33	203,33
38.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: FEMININO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO PP	1	UN	71,67	71,67
39.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: FEMININO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	5	UN	71,67	358,35
40.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: FEMININO: NA COR	1	UN	71,67	71,67



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



	CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG				
41.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: FEMININO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	3	UN	71,67	215,01
42.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: MASCULINO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	1	UN	71,67	71,67
43.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: MASCULINO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	1	UN	71,67	71,67
44.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: MASCULINO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG	2	UN	71,67	143,34
45.	CAMISETA EM MALHA FRIA, MANGA CURTA: MASCULINO: NA COR CAQUI COM ABERTURA PARA DOIS BOTÕES. A GOLA POLO COM MANGAS CURTAS. NA FRENTE DEVERÁ TER UMA ESCRITA NA ALTURA DO PEITO NO LADO ESQUERDO “ACS”, NA MANGA ESQUERDA O SÍMBOLO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	1	UN	71,67	71,67
46.	CAMISETA MANGA LONGA PARA ACE: FEMININA: NA COR CAQUI, GOLA REDONDA EM TECIDO DE MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) INCLUSOS SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. SÍMBOLO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO LADO DIREITO SUPERIOR E LADO ESQUERDO SÍMBOLO DA LOGO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO, NA MANGA DO LADO DIREITO SÍMBOLO DO SUS, E NA PARTE POSTERIOR, SUPERIOR SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA	2	UN	88,33	176,66



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



	MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG				
47.	CAMISETA MANGA LONGA PARA ACE: FEMININA: NA COR CAQUI, GOLA REDONDA EM TECIDO DE MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) INCLUSOS SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. SÍMBOLO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO LADO DIREITO SUPERIOR E LADO ESQUERDO SÍMBOLO DA LOGO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO, NA MANGA DO LADO DIREITO SÍMBOLO DO SUS, E NA PARTE POSTERIOR, SUPERIOR SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	2	UN	88,33	176,66
48.	CAMISETA MANGA LONGA PARA ACE: FEMININA: NA COR CAQUI, GOLA REDONDA EM TECIDO DE MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) INCLUSOS SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. SÍMBOLO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO LADO DIREITO SUPERIOR E LADO ESQUERDO SÍMBOLO DA LOGO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO, NA MANGA DO LADO DIREITO SÍMBOLO DO SUS, E NA PARTE POSTERIOR, SUPERIOR SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO	6	UN	88,33	529,98
49.	CAMISETA MANGA LONGA PARA ACE: MASCULINO: NA COR CAQUI, GOLA REDONDA EM TECIDO DE MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) INCLUSOS SERVIÇOS DE ARTE A SER APROVADO PELO CONTRATANTE. SÍMBOLO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO LADO DIREITO SUPERIOR E LADO ESQUERDO SÍMBOLO DA LOGO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO, NA MANGA DO LADO DIREITO SÍMBOLO DO SUS, E NA PARTE POSTERIOR, SUPERIOR SÍMBOLO DOS AGENTES DE ENDEMIAS E DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	2	UN	88,33	176,66
50.	CAMISETA MANGA LONGA PARA MICROSCOPISTA: MASCULINO: NA COR CAQUI, GOLA REDONDA EM TECIDO DE MALHA ESPORTIVA PERFORMASSE LINHA ELITE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V) COM ESTAMPA NA PARTE FRONTAL 30 CM DE ALTURA X20 CM DE LARGURA (ESTAMPA COLORIDA) PARTE SUPERIOR DO PEITO LADO DIREITO, COM A PROFISSÃO MICROSCOPISTA E A BAIXO O SÍMBOLO DA SECRETARIA DE SAÚDE, LADO ESQUERDO O SÍMBOLO DA BANDEIRA DE RIO CRESPO E PREFEITURA MUNICIPAL, E DO LADO DIREITO DA MANGA O SÍMBOLO DO SUS, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	2	UN	88,33	176,66
51.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: FEMININO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL. NA FRENTE DEVERÁ CONTER NA ALTURA DO PEITO O SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, ESCRITO A CIMA DO SÍMBOLO “SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE” E ABAIXO DO SÍMBOLO “AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE”, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA	1	UN	88,33	88,33



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



	MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG				
52.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: FEMININO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL. NA FRENTE DEVERÁ CONTER NA ALTURA DO PEITO O SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, ESCRITO A CIMA DO SÍMBOLO “SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE” E ABAIXO DO SÍMBOLO “AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE”, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO PP	1	UN	88,33	88,33
53.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: FEMININO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL. NA FRENTE DEVERÁ CONTER NA ALTURA DO PEITO O SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, ESCRITO A CIMA DO SÍMBOLO “SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE” E ABAIXO DO SÍMBOLO “AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE”, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	3	UN	88,33	264,99
54.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: FEMININO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL NA FRENTE DEVERÁ CONTER NA ALTURA DO PEITO O SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, ESCRITO A CIMA DO SÍMBOLO “SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE” E ABAIXO DO SÍMBOLO “AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE”, E NA PARTE POSTERIOR O SÍMBOLO DA PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G.	5	UN	88,33	441,65
55.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: MASCULINO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO G	11	UN	88,33	971,63
56.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: MASCULINO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO P	7	UN	88,33	618,31
57.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: MASCULINO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO M	11	UN	88,33	971,63
58.	CAMISETA MANGA LONGA TÉRMICA COM PROTEÇÃO UV: MASCULINO: NA COR AZUL MARINHO, MANGAS LONGAS PARA ACS, GOLA REDONDA EM TECIDO MALHA ESPORTIVA PERFORMANCE (COM	12	UN	88,33	1.059,96



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



	CERTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO U.V.) ADEQUADA PARA EXPOSIÇÃO AO SOL. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO. TAMANHO GG				
59.	CHAPÉU SAFARI COM PROTETOR DE NUCA FIXA: NA COR AZUL ESCURO (MARINHO), CONFECCIONADO EM TECIDO FPU 50+, QUE EVITA 98% DOS RAIOS U.V., NAS LATERAIS, BOTÕES DE PRESSÃO QUE PERMITEM QUE AS ABAS FIQUEM SOLTAS OU PRESSAS. ABAS DE 8 CM PROTEGENDO DO ROSTO. ABERTURAS COM TELA E ILHÓS QUE PERMITEM A VENTILAÇÃO. CORDAS ELÁSTICAS EXTERNAS REGULÁVEIS PARA O PESCOÇO IMPEDE QUE O CHAPÉU VOE. CONFORME ARTE DA SECRETARIA DEMONSTRADA EM ANEXO.	31	UN	44,33	1.374,23
60.	CHAPÉU SAFARI COM PROTETOR DE NUCA FIXA: NA COR CAQUI, CONFECCIONADO EM TECIDO FPU 50+, QUE EVITA 98% DOS RAIOS U.V., NAS LATERAIS, BOTÕES DE PRESSÃO QUE PERMITEM QUE AS ABAS FIQUEM SOLTAS OU PRESSAS. ABAS DE 8 CM PROTEGENDO DO ROSTO. ABERTURAS COM TELA E ILHÓS QUE PERMITEM A VENTILAÇÃO. CORDAS ELÁSTICAS EXTERNAS REGULÁVEIS PARA O PESCOÇO IMPEDE QUE O CHAPÉU VOE. IDENTIFICAÇÃO BRASÃO DA PREFEITURA COM ESCRITA NA LATERAL PREFEITURA MUNICIPAL / RIO CRESPO/ AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO	30	UN	44,33	1.329,90
61.	CHAPÉU SAFARI PARA ACE: NA COR CAQUI, CONFECCIONADO EM TECIDO FPU 50+ QUE EVITE 98% DOS RAIOS U.V. NAS LATERAIS BOTÕES DE PRESSÃO QUE PERMITAM QUE AS ABAS FIQUEM SOLTAS OU PRESSAS. ABAS PROTEGENDO O ROSTO, ABERTURAS COM TELA E ILHÓS QUE PERMITAM A VENTILAÇÃO, CORDAS ELÁSTICAS EXTERNAS REGULÁVEL PARA O PESCOÇO IMPEDE QUE O CHAPÉU VOE. COM O LOGOTIPO EM SERIGRAFIA EM CORES (TIPO SILKSCREEN) COM LOGO DA SECRETÁRIA NA PARTE LATERAL E PARTE FRONTAL LOGO DO DEPARTAMENTO DE ENDEMIAS, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	14	UN	44,33	620,62
62.	CINTO TÁTICO: COM TRIPLA RETENÇÃO COM FIVELA EM POLÍMERO, MATERIAL EM NYLON NA COR AREIA OU PRETA COM 5,2 CM DE LARGURA E 140 CM DE CUMPRIMENTO.	8	UN	97,67	781,36
63.	COLETE ACE MODELO UNISSEX SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM, NA COR CAQUI (SAFARI, BEGE ESCURO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVADO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER COM 02 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS, NA FRENTE EM CORES DEVERÁ SER IMPRESSA SERIGRAFADAS. BOLSO SUPERIOR DIREITO COM SÍMBOLO DE ENDEMIAS E BOLSO SUPERIOR ESQUERDO COM O SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL E PARTE POSTERIOR SUPERIOR COM O SÍMBOLO DE ENDEMIAS E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO EXGG	1	UN	226,00	226,00
64.	COLETE ACE MODELO UNISSEX SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM, NA COR CAQUI (SAFARI, BEGE ESCURO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVADO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER COM 02 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS, NA FRENTE EM CORES DEVERÁ SER IMPRESSA SERIGRAFADAS. BOLSO SUPERIOR DIREITO COM SÍMBOLO DE ENDEMIAS E BOLSO SUPERIOR ESQUERDO COM O SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL E PARTE POSTERIOR SUPERIOR COM O SÍMBOLO DE ENDEMIAS E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	3	UN	226,00	678,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



65.	COLETE ACE MODELO UNISSEX SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM, NA COR CAQUI (SAFARI, BEGE ESCURO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVADO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER COM 02 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS, NA FRENTE EM CORES DEVERÁ SER IMPRESSA SERIGRAFADAS. BOLSO SUPERIOR DIREITO COM SÍMBOLO DE ENDEMIAS E BOLSO SUPERIOR ESQUERDO COM O SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL E PARTE POSTERIOR SUPERIOR COM O SÍMBOLO DE ENDEMIAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO CRESPO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	4	UN	226,00	904,00
66.	COLETE PARA MICROSCOPISTA MODELO UNISSEX SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM, NA COR CAQUI (SAFARI, BEGE ESCURO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVADO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER COM 02 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS, NA FRENTE EM CORES DEVERÁ SER IMPRESSA SERIGRAFADAS. BOLSO SUPERIOR DIREITO COM A FUNÇÃO DE MICROSCOPISTA E SÍMBOLO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E LADO ESQUERDO NO BOLSO SUPERIOR À O SÍMBOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	2	UN	243,33	486,66
67.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, E NAS COSTAS LOGOTIPO PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	1	UN	226,00	226,00
68.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, E NAS COSTAS LOGOTIPO PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	4	UN	226,00	904,00
69.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, E NAS COSTAS LOGOTIPO PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG	3	UN	226,00	678,00
70.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, E NAS COSTAS LOGOTIPO PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO	6	UN	226,00	1.356,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



	LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G				
71.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA, E NAS COSTAS LOGOTIPO PREFEITURA DE RIO CRESPO ESCRITO AO LADO “PREFEITURA MUNICIPAL, RIO CRESPO”, E LOGO ABAIXO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO PP	1	UN	226,00	226,00
72.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO SAÚDE COM AGENTE, E NA PARTE POSTERIOR “DISQUE SAÚDE 136” LOGO ABAIXO O SÍMBOLO DA SAÚDE COM AGENTE E ABAIXO DESTES SÍMBOLO CINCO SÍMBOLOS UM AO LADO DO OUTRO “BRASÃO DA PREFEITURA, UFRGS, CONASEMS, SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, GOVERNO FEREDEAL”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO PP	1	UN	226,00	226,00
73.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO SAÚDE COM AGENTE, E NA PARTE POSTERIOR “DISQUE SAÚDE 136” LOGO ABAIXO O SÍMBOLO DA SAÚDE COM AGENTE E ABAIXO DESTES SÍMBOLO CINCO SÍMBOLOS UM AO LADO DO OUTRO “BRASÃO DA PREFEITURA, UFRGS, CONASEMS, SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, GOVERNO FEREDEAL”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	4	UN	226,00	904,00
74.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO SAÚDE COM AGENTE, E NA PARTE POSTERIOR “DISQUE SAÚDE 136” LOGO ABAIXO O SÍMBOLO DA SAÚDE COM AGENTE E ABAIXO DESTES SÍMBOLO CINCO SÍMBOLOS UM AO LADO DO OUTRO “BRASÃO DA PREFEITURA, UFRGS, CONASEMS, SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, GOVERNO FEREDEAL”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	7	UN	226,00	1.582,00
75.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE CONFECCIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A AR, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO	1	UN	226,00	226,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



	SÍMBOLO SAÚDE COM AGENTE, E NA PARTE POSTERIOR “DISQUE SAÚDE 136” LOGO ABAIXO O SÍMBOLO DA SAÚDE COM AGENTE E ABAIXO DESTES SÍMBOLOS CINCO SÍMBOLOS UM AO LADO DO OUTRO “BRASÃO DA PREFEITURA, UFRGS, CONASEMS, SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, GOVERNO FÉREDEAL”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P				
76.	COLETES MODELO UNISSEX, SEM MANGAS: PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE CONFECIONADO EM BRIM. NA COR AZUL ESCURO (MARINHO) RESISTENTE AO USO E AS LAVAGENS, CONSERVANDO A LAVAGEM, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER, COM 04 BOLSOS CHAPADOS DIANTEIROS FECHAMENTO POR MEIO DE VELCRO SENDO DOIS SUPERIORES E DOIS INFERIORES, NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO SÍMBOLO SAÚDE COM AGENTE, E NA PARTE POSTERIOR “DISQUE SAÚDE 136” LOGO ABAIXO O SÍMBOLO DA SAÚDE COM AGENTE E ABAIXO DESTES SÍMBOLOS CINCO SÍMBOLOS UM AO LADO DO OUTRO “BRASÃO DA PREFEITURA, UFRGS, CONASEMS, SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, GOVERNO FÉREDEAL”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO GG	2	UN	226,00	452,00
77.	LUVA DE MALHA; 3 FIOS LMV 3, PRETA PIGMENTADA ENCARTELADA.	30	PAR	23,67	710,10
78.	LUVA DE SEGURANÇA PARA MOTO: NA COR PRETA, REVESTIMENTO DE FACE PALMAR, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS, COM PUNHO, PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E RAIOS U.V. IDENTIFICAÇÃO BRASÃO DA PREFEITURA COM ESCRITA NA LATERAL PREFEITURA MUNICIPAL/RIO CRESPO/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	1	PAR	173,33	173,33
79.	LUVA DE SEGURANÇA PARA MOTO: NA COR PRETA, REVESTIMENTO DE FACE PALMAR, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS, COM PUNHO, PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E RAIOS U.V. IDENTIFICAÇÃO BRASÃO DA PREFEITURA COM ESCRITA NA LATERAL PREFEITURA MUNICIPAL/RIO CRESPO/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	7	PAR	173,33	1.213,31
80.	LUVA DE SEGURANÇA PARA MOTO: NA COR PRETA, REVESTIMENTO DE FACE PALMAR, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS, COM PUNHO, PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E RAIOS U.V. IDENTIFICAÇÃO BRASÃO DA PREFEITURA COM ESCRITA NA LATERAL PREFEITURA MUNICIPAL/RIO CRESPO/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	7	PAR	173,33	1.213,31
81.	LUVAS NITRÍLOCAS CANO MÉDIO: RESFORÇADA, NA COR VERDE OU AZUL, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	96	PAR	7,00	672,00
82.	MÁSCARA HEMIFACIAL FACIAL (UM OU DOIS RESPIRADORES): RESPIRADOR E PURIFICADOR DE AR DE SEGURANÇA TIPO ¼ COM QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO, VÁLVULA DE EXALAÇÃO, QUEIXEIRA INTERNA, DUAS ENTRADAS PARA FILTROS QUÍMICOS E MECÂNICOS COMPOSTOS POR CARVÃO GRANULADO, ENVOLVIDOS POR RECIPIENTE PLÁSTICO, VAPORES 1000 PPM 10 VEZES O SEU LIMITE DE TOLERÂNCIA OU CONCENTRAÇÃO, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	14	UN	54,00	756,00
83.	MOCHILA BOLSA REFORÇADA DE COSTA PERSONALIZADA: MOCHILA GRANDE, NA COR PRETA, COSTURAS REFORÇADAS, RESISTE ATÉ 20 MINUTOS EM CHUVAS LEVES, 3 COMPARTIMENTOS COM ZÍPER + 2 BOLSOS LATERAIS. IDENTIFICAÇÃO DO BRASÃO DA PREFEITURA SUPERIOR À DIREITA E CENTRALIZADO/GRANDE O SÍMBOLO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA COM A ESCRITA “SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CRESPO” A CIMA E ABAIXO ESCRITO “AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE”, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	17	UN	273,33	4.646,61



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



84.	MOCHILA BOLSA REFORÇADA DE COSTA PERSONALIZADA PARA ACE: COM 40 CM DE ALTURA POR 29 CM DE LARGURA E 12 CM DE PROFUNDIDADE CONFECCIONADO EM NYLON “RIP STOP” IMPERMEÁVEL, NA COR PRETA OU AZUL MARINHO, COM TIRAS DE COMPRESSÃO NAS LATERAIS ALÇAS ANATÔMICAS, TIRA E COMPARTIMENTO ACOLCHOADO PARA REGIÃO DORSAL. DOIS COMPARTIMENTOS PRINCIPAIS E UM COMPARTIMENTO AUXILIAR, ALÉM DE BOLSOS LATERAIS EM TELA PARA CARREGAR GARRAFA DE ÁGUA. TECIDO REVESTIDO INTERNAMENTE COM POLIURETANO, RESISTENTE A ÁGUA, COM PERSONALIZAÇÃO DE LOGOTIPOS: SECRETÁRIA DE SAÚDE DE RIO CRESPO E PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO CONTRATANTE, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	14	UN	273,33	3.826,62
85.	ÓCULOS DE PROTEÇÃO: EM MATERIAL DE PVC FLEXÍVEL COM ELÁSTICO AJUSTÁVEL NA PARTE POSTERIOR DA CABEÇA, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO.	14	UN	7,50	105,00
86.	PROTECTOR SOLAR 500ML FATOR 60: COM ALTA PROTEÇÃO UVA/UVB, PROTEÇÃO IMEDIATA, PREVINE O ENVELHECIMENTO DA PELE CAUSADO PELA EXPOSIÇÃO SOLAR/RADIAÇÃO. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	296	FRASC	193,33	57.225,68
87.	V E S T I M E N T A HIDRORREPELETE COMPLETA: COM PROTEÇÃO CONTRA GOTÍCULAS DE PRODUTOS PULVERIZADOS, VESTIMENTA DE SEGURANÇA DE CORPO INTEIRO, COMPOSTA DE CALÇA TIPO PIJAMA COM REFORÇO IMPERMEÁVEL NAS PERNAS E CORDÃO DE AJUSTE NA PARTE DA CINTURA PARA AJUSTE, BLUSA INTEIRIÇA COM ABERTURA NO PESCOÇO E GOLA, AMBOS FABRICADOS EM TECIDO MISTO DE ALGODÃO E POLIÉSTER, CM TRATAMENTO HIDRO-REPELENTE EM TODAS AS PEÇAS, DESENVOLVIDAS PARA PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS, CAPUZ COM ABA E PALA NO PESCOÇO E COM VELCRO PARA FECHAMENTO, VISEIRA DE PVC FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM VELCRO E AVENTAL CONFECCIONADO EM PVC + FORRO DE POLIÉSTER, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO P	2	UN	140,00	280,00
88.	V E S T I M E N T A HIDRORREPELETE COMPLETA: COM PROTEÇÃO CONTRA GOTÍCULAS DE PRODUTOS PULVERIZADOS, VESTIMENTA DE SEGURANÇA DE CORPO INTEIRO, COMPOSTA DE CALÇA TIPO PIJAMA COM REFORÇO IMPERMEÁVEL NAS PERNAS E CORDÃO DE AJUSTE NA PARTE DA CINTURA PARA AJUSTE, BLUSA INTEIRIÇA COM ABERTURA NO PESCOÇO E GOLA, AMBOS FABRICADOS EM TECIDO MISTO DE ALGODÃO E POLIÉSTER, CM TRATAMENTO HIDRO-REPELENTE EM TODAS AS PEÇAS, DESENVOLVIDAS PARA PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS, CAPUZ COM ABA E PALA NO PESCOÇO E COM VELCRO PARA FECHAMENTO, VISEIRA DE PVC FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM VELCRO E AVENTAL CONFECCIONADO EM PVC + FORRO DE POLIÉSTER, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G	4	UN	140,00	560,00
89.	V E S T I M E N T A HIDRORREPELETE COMPLETA: COM PROTEÇÃO CONTRA GOTÍCULAS DE PRODUTOS PULVERIZADOS, VESTIMENTA DE SEGURANÇA DE CORPO INTEIRO, COMPOSTA DE CALÇA TIPO PIJAMA COM REFORÇO IMPERMEÁVEL NAS PERNAS E CORDÃO DE AJUSTE NA PARTE DA CINTURA PARA AJUSTE, BLUSA INTEIRIÇA COM ABERTURA NO PESCOÇO E GOLA, AMBOS FABRICADOS EM TECIDO MISTO DE ALGODÃO E POLIÉSTER, CM TRATAMENTO HIDRO-REPELENTE EM TODAS AS PEÇAS, DESENVOLVIDAS PARA PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS, CAPUZ COM ABA E PALA NO PESCOÇO E COM VELCRO PARA FECHAMENTO, VISEIRA DE PVC FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM VELCRO E AVENTAL CONFECCIONADO EM PVC + FORRO DE	2	UN	140,00	280,00



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



	POLIÉSTER, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO G3				
90.	V E S T I M E N T A HIDRORREPELETE COMPLETA: COM PROTEÇÃO CONTRA GOTÍCULAS DE PRODUTOS PULVERIZADOS, VESTIMENTA DE SEGURANÇA DE CORPO INTEIRO, COMPOSTA DE CALÇA TIPO PIJAMA COM REFORÇO IMPERMEÁVEL NAS PERNAS E CORDÃO DE AJUSTE NA PARTE DA CINTURA PARA AJUSTE, BLUSA INTEIRIÇA COM ABERTURA NO PESCOÇO E GOLA, AMBOS FABRICADOS EM TECIDO MISTO DE ALGODÃO E POLIÉSTER, CM TRATAMENTO HIDRO-REPELENTE EM TODAS AS PEÇAS, DESENVOLVIDAS PARA PROTEÇÃO CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS, CAPUZ COM ABA E PALA NO PESCOÇO E COM VELCRO PARA FECHAMENTO, VISEIRA DE PVC FLEXÍVEL COM FECHAMENTO EM VELCRO E AVENTAL CONFECCIONADO EM PVC + FORRO DE POLIÉSTER, CONFORME DEMONSTRADO EM ANEXO. TAMANHO M	4	UN	140,00	560,00
	Total Lote 01			125.913,22	



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



ANEXOII PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

MODELO
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	QUANT	TOTAL

Os valores unitários e total da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada item cotado.

Valor Total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta.

- **INCLUIR DEMAIS DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefones: _____
E-mail: _____
E-mail (para recebimento de empenho e pedidos): _____
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____
Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____
CPF: _____
RG. _____
Domicílio e cargo na empresa _____
Profissão: _____
Local/Data: _____

Assinatura do Representante



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

Modelo de declaração UNIFICADA:

ME ou EPP; Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (conforme Lei nº. 14.133/21); não emprega menor e Inexistência do Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- Declaramos para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que os proprietários, sócios e gerentes das empresas participantes não são servidores públicos.

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21

(Local e Data)

(Responsável legal e assinatura)



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”



ANEXO IV PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE

A Prefeitura Municipal De _____ /____, com sede na _____.

Assunto: Declaração de Exequibilidade de Licitação - Serviço

Prezados Senhores,

Eu, _____, pessoa jurídica inscrita no CNPJ _____, neste ato representada por _____, inscrita no CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, a minha exequibilidade em relação à participação na licitação para o serviço _____, conforme previsto no Edital de Licitação nº _____/2024.

Após análise detalhada dos requisitos técnicos e das competências exigidas, confirmamos a exequibilidade da proposta de desconto no percentual de ____%() para o fornecimento de mão de obra atinente ao serviço de _____.

Declaro, ainda, que não existem quaisquer impedimentos legais, técnicos ou financeiros que possam comprometer minha capacidade de realizar o serviço _____ objeto desta licitação, estando a minha empresa totalmente apta a fornecer o serviço.

Além disso, estamos cientes das normas editalícias e das exigências legais relacionadas à execução do serviço de _____. Comprometemo-nos a cumprir rigorosamente todas as normas e regulamentos pertinentes.

Estamos cientes das responsabilidades e obrigações relacionadas ao serviço em questão, e temos plena ciência das consequências de não cumprir com nossas obrigações contratuais.

Certos de nossa aptidão para atender às demandas estabelecidas no edital, agradecemos a oportunidade de participar desta licitação e manifestamos nosso interesse em fornecer mão de obra para o serviço de _____.

Sendo assim, solicito que esta declaração seja considerada como parte integrante da minha proposta para a licitação em questão.

Atenciosamente,



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
"Departamento de Compras, Licitações e
Contratos"



ANEXOV PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 027/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 296/2024

Minuta da Ata de Registro de Preços nº ____/2025

O Município de Rio Crespo-RO, adiante denominado **Órgão Gerenciador**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, e demais legislação aplicável, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Município de Rio Crespo-RO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 63.761.977/0001-41, com sede na Rua Ermelindo Milane, nº 1040, Centro, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. Evandro Epifânio de Faria.

FORNECEDOR:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n._____, com sede _____, _____, _____, neste ato representada por _____ seu _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n._____, portador da Cédula de Identidade n._____, expedida pela _____, residente e domiciliado _____.

CADASTRO DE RESERVA:

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

1º - _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n._____, com sede _____, _____, _____, neste ato representada por seu _____, _____, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n._____, portador da Cédula de Identidade n._____, expedida pela _____, residente e domiciliado _____, telefones: ____-____-____/, _____/, e-mail: _____@_____.





Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



3.3.1 Em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

3.3.2 Em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.3.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

3.3.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

3.3.5 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

3.3.6 Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

3.3.7 Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

3.3.8 Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

3.4 Os prazos de garantia são aqueles previstos no item 13 do Termo de Referência – Anexo VI do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

4.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados pelo Município de Rio Crespo-RO, registrados com o seguinte:

SECRETARIA	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



5 O pagamento será efetuado após a liberação pelo Fiscal indicado, conforme Termo de Referência, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados após recebimento das notas fiscais, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica encaminhada via e-mail: almoxarifado@riocrespo.ro.gov.br em formato normal/fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal contratual;
- b) Certidão Negativa de Débito/CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Receita Federal;
- c) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

5.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

5.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE qual o serviço foi prestado, conforme Autorização de Fornecimento.

5.3 O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: rcpatrimonioalmoxarifado@gmail.com para seu devido pagamento.

5.4 CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 2072 DE 18 DE JANEIRO DE 2024 - “Dispõe sobre a titularidade do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte pelo município de Rio Crespo - Rondônia.”:

Art. 1º - O Município de Rio Crespo-RO., é titular do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre todos os pagamentos feitos pelos órgãos de sua Administração Pública, direta e indireta, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

§ 1º A retenção do Imposto sobre a Renda referido no caput, bem como o recolhimento dos valores ao Tesouro Municipal, aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Direta do município de Rio Crespo-RO.

Art. 2º- A forma de retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda será determinada por Instrução Normativa a ser emitida pela Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Controladoria Municipal.

§ 2º A instrução normativa será disponibilizada a todas as Secretarias Municipais e encaminhada aos demais órgãos e entidades aos quais se aplica este Decreto, devendo também permanecer disponível para consulta pública no Diário Oficial



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Rio Crespo – RO.

5.5 Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

5.6 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem 16.1, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela.

6 CLÁUSULA SEXTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: 4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

6.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

6.4 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

6.5 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.6 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.7 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.8 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;

8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

9.1 A validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, a contar da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, nos moldes do art. 22 do Decreto Federal nº 11.426/2023.

9.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

9.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 9.1.1. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

9.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

9.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

9.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

9.5 O registro a que se refere o item 9.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

9.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 9.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

9.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

9.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

9.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

9.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 9.4.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO

11.1. A Administração emitirá a(s) nota(s) de empenho especificando os serviços objeto deste instrumento pretendido e a(s) quantidade(s), entregando-a(s) ao(s) Fornecedor(es) ou remetendo-a(s) por *e-mail*.

11.2. O início da execução do objeto se dará em até 3 (três) dias da data do envio da nota de empenho à contratada, conforme item 11.1 do Termo de Referência – Anexo VI do Edital.

11.2.1. Os demais prazos relacionados à execução do contrato estão dispostos no Anexo I do Termo de Referência – Anexo VI do Edital.

11.2.2. Os prazos de garantia dos serviços serão aqueles previstos no item 13 do Termo de Referência – Anexo VI do Edital.

11.3. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/21, mediante recibo, os serviços objeto da presente licitação serão recebidos pelo Fiscal do contrato ou seu substituto legal:

11.3.1 Em se tratando de obras e serviços:

a) **provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;**

b) **definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;**

11.3.2 Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.3.3 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.3.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.3.5 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

11.3.6 Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



11.3.7 Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

11.3.8 Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR (CONTRATADA)

12.1 Assinar a Ata, em até 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa a ser contratada e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, conforme arts. 155 e seguintes da Lei 14.133/21.

12.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.1.2 O não comparecimento no prazo da convocação para assinatura da Ata, salvo impedimento, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração, acarreta a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo da sanção prevista neste edital.

12.1.3 Nesse caso, é facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

12.2 Entregar o objeto deste instrumento em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita a multa.

12.3 Substituir o objeto deste instrumento em desacordo com a proposta ou com as especificações, ou que porventura seja entregue com defeitos ou imperfeições.

12.4 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.5 A Contratada não será responsável:

12.5.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

12.5.2 Pelo uso inadequado do objeto deste instrumento por servidores do Município de Rio Crespo-RO.

12.6 O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a subcontratação dos serviços contratados.

12.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.8 Cumprir fielmente as condições contidas no Edital e seus anexos, em especial aos aspectos contidos no item 15 do Termo de Referência – Anexo VI do Edital.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (CONTRATANTE)

13.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR (CONTRATANTE) obriga-se, além das disposições previstas no item 17 do Termo de Referência – Anexo VI do Edital, a:

- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- b) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste ajuste, inclusive permitir o livre acesso dos responsáveis do FORNECEDOR às dependências do ÓRGÃO GERENCIADOR (CONTRATANTE), desde que devidamente identificados;
- d) Atestar a execução do objeto do presente ajuste por meio do Fiscal;
- e) Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR (CONTRATADA) de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste ajuste;
- f) Aplicar as penalidades por descumprimento do objeto contratual.
- g) Fiscalizar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Documentar as necessidades de alteração do Sistema e encaminhar para a Contratada;
- i) Testar, após instalação, os equipamentos;
- j) Prestar todas as informações e orientações à Contratada, com relação ao serviço/produto a ser fornecido.
- k) Efetuar o recebimento e aceitação do objeto, conforme Cláusula Décima Primeira desta Ata.
- l) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA

14.1 O objeto licitado será acompanhado e fiscalizado por servidor do Município especialmente designado pela autoridade competente, que terá seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades do artigo 117 da Lei nº. 14.133/21, os quais serão auxiliados, ou não, por empresa terceirizada a ser contratada.

14.2 Caberá ao Fiscal da Ata:

14.2.1 Acompanhar com o objetivo de avaliar a execução do serviço nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;

14.2.2 Acompanhar os aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

14.2.3 Acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;

14.2.4 Acompanhar a execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



aspectos qualitativos do objeto.

14.2.5 Atentar para o total atendimento das especificações atinentes ao objeto contratado, visitando o local onde se dará sua execução e registrando os defeitos encontrados, incluindo a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir o possível procedimento de sanção contratual, e, em caso de negativa, certificar a recusa;

14.2.6 Informar ao gestor sobre quaisquer irregularidades apresentadas no cumprimento do contrato;

14.2.7 Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observadas as condições da Lei 14.133/21, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

14.2.8 Verificar o correto funcionamento de equipamentos advindos de manutenção e registrar a conformidade em documento que será remetido para o gestor;

14.2.9 Registrar a data do recebimento do documento fiscal;

14.2.10 Analisar, conferir e atestar o objeto da contratação nos documentos fiscais, fazendo constar do atesto a data, identificação e assinatura do responsável, após verificar se:

- a) foram emitidas em nome do contratante;
- b) estão datados;
- c) o material ou serviço está especificado conforme as descrições da Nota de Empenho e do Contrato, quando existir;
- d) os valores unitários e totais conferem com o ajustado e os tributos se encontram devidamente retidos e detalhados;
- e) existe erro ou rasura, hipótese em que deverá ser solicitada ao fornecedor troca do documento;
- f) Encaminhar a documentação para pagamento ao gestor do contrato, conforme disposições contratuais;

14.2.11 Encaminhar a documentação para pagamento ao gestor do contrato, conforme disposições contratuais;

14.2.12 Impedir que a contratada transfira a execução do objeto contratado a outra(s) empresa(s) sem a devida anuência da Administração, devendo comunicar esta eventual subcontratação do objeto do contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo deste Poder;

14.2.13 Fiscalizar os registros trabalhistas e previdenciários dos empregados locados nos serviços, mediante verificação dos executores dos trabalhos em amostragem, e se a contratada mantém regularidade trabalhista e previdenciária, especialmente em relação à folha de pagamento, comprovação de pagamento de auxílio-alimentação, vale-transporte, e obrigações de normas 38 coletivas;

14.2.14 Zelar para que os empregados da empresa contratada não exerçam atividades perigosas sem os essenciais equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente e, se constatada a irregularidade, impedir o acesso ao local do trabalho e o início dessas atividades, bem como comunicar o fato à Administração para promoção do possível procedimento sancionatório contratual;

14.2.15 Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachás e uniformes pelos empregados da contratada e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento a todos os membros, servidores, cidadãos, visitantes e demais parceiros deste Poder, nos limites do objeto contratado.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



14.2.16 Realizar periodicamente a avaliação dos fornecedores para atendimento de procedimento inserido no Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Rio Crespo-RO, quando provocados e dentro do prazo estabelecido pela Administração, sob pena de suspensão automática.

14.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo fiscal à autoridade competente, para a adoção das medidas que julgar necessárias.

14.4. A fiscalização será exercida pelo Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao Contratante se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto contratual prestado, se em desacordo com os termos do edital.

14.5. Caberá ao Gestor da Ata:

14.5.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica/administrativa/setorial e pelo público usuário e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos;

14.5.2. Representar o Município de Rio Crespo-RO, na execução de atos e procedimentos administrativos que garantam o fiel cumprimento deste Ato Normativo e das cláusulas contratuais;

14.5.3. Participar, quando necessário, da elaboração na especificação do projeto básico/termo de referência e cláusulas contratuais que orientarão a futura contratação, ou sugerir melhorias;

14.5.4. Inteirar-se das condições e cláusulas do contrato, bem como das planilhas e do projeto básico/termo de referência, quando houver, com o objetivo de dominar o conteúdo da contratação efetivada antes do início da execução respectiva;

14.5.5. No caso de Ata de Registro de Preços, solicitar à Unidade Financeira emissão de Nota de Empenho proporcional à demanda informada pela Unidade Requisitante;

14.5.6. Dar ciência ao fornecedor sobre as designações de gestão e fiscalização contratual, bem como encaminhar cópias da nota de empenho;

14.5.7. Expedir ordens de serviço/autorizações de fornecimento, quando não houver fiscal;

14.5.8. Ordenar à Contratada a substituir, corrigir, refazer ou reconstruir as parcelas dos serviços executados com erros ou imperfeições, ou materiais entregues em desconformidade com o objeto licitado, quando informado pelo Fiscal do Contrato;

14.5.9. Receber a nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato, conferir a documentação comprobatória e encaminhar para a unidade financeira a fim de liquidação e pagamento;

14.5.10. Os gestores deverão realizar periodicamente a avaliação dos fornecedores para atendimento de procedimento inserido no Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Rio Crespo-RO, quando provocados e dentro do prazo estabelecido pela Administração, sob pena de suspensão automática da vantagem pecuniária mensal.

14.5.11. Registrar de forma organizada, no processo, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, juntando aos autos o que for relevante;

14.5.12. Manter organizado e atualizado um sistema de controle sobre as vistorias e manutenções realizadas;

14.5.13. Manter arquivo com dados atualizados do representante da contratada e demais documentos pertinentes ao desempenho de suas atribuições, bem como documentos relativos à sua qualificação e modo de contato;

14.5.14. Consignar por escrito os ajustes acordados com o representante da contratada, quando isto



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



não implicar na edição de termo aditivo, colhendo as respectivas assinaturas e promovendo o necessário arquivamento;

14.5.15 Impedir que a contratada transfira a execução do objeto contratado a outra(s) empresa(s), devendo comunicar ao Município sobre essa eventual subcontratação do objeto do contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo deste Poder;

14.5.16 Fiscalizar os registros trabalhistas e previdenciários dos empregados alocados nos serviços, mediante verificação dos executores dos trabalhos em amostragem, e se a contratada mantém sua regularidade, especialmente em relação à folha de pagamento, comprovação de pagamento de auxílio-alimentação, vale-transporte, demais obrigações legais e normas coletivas;

14.5.17 Oficiar ao contratado sobre a necessidade de atualização documental para manutenção das condições de habilitação ou atendimento de exigências legais supervenientes;

14.5.18 Avisar a Administração, por escrito, do termo final de vigência do contrato, com no mínimo de 120 (cento e vinte) dias de antecedência, apresentando as justificativas necessárias para requerer licitação, prorrogação, ou contratar diretamente, quando for o caso; não cumprido tal prazo, 60 (sessenta) dias antes do encerramento, a Administração notificará o gestor para que até o trigésimo dia anterior à finalização do pacto, sejam prestadas as devidas informações, sob pena de responsabilização do servidor pelo exercício irregular de suas atribuições, com base em Ato Normativo, aplicando-se no que couber os regimentos da Lei 5.247/91, Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Rondônia.

14.5.19 comunicar à Unidade gestora a necessidade de se realizarem acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência na execução contratual;

14.5.20 encaminhar à Unidade Gestora, os pedidos de emissão de atestados de capacidade técnica, acompanhados dos seguintes dados:

- a) nome completo da fornecedora ou contratada e número de seu CNPJ;
- b) número do Contrato ou ARP e seu período de vigência;
- c) quantidade e especificação do objeto fornecido;
- d) atesto do gestor no sentido de indicar se a empresa tem prestado ou prestou os serviços a contento, respeitadas as obrigações estabelecidas no instrumento contratual, cumprindo os prazos acordados, não constando inconformidades nem notas enquadradas como regulares ou ruins quando das avaliações da qualidade (avaliação e histórico do fornecedor).

14.5.21 Acompanhar a execução do contrato por meio dos sistemas adotados pelo Município de Rio Crespo-RO, inclusive solicitando anotações, quando necessárias;

14.5.22 Realizar controle de saldo do objeto contratado, mantendo esse registro atualizado;

14.5.23 Comunicar ao fiscal do contrato sobre os quantitativos disponíveis para cada objeto contratado;

14.5.24 Exigir a garantia contratual, quando prevista em contrato, bem como seu reforço quando decorra da formalização de termos aditivos que repercutam em supressão ou acréscimos de valores;

14.5.25 Solicitar esclarecimentos do fiscal do contrato quando considerar necessário

14.5.26 Elaborar Relatório de Gestão do Contrato, indicando os pontos positivos e negativos com subsídio nas informações prestadas pelo Fiscal, mantendo-o atualizado durante todo período em que permanecer como Gestor do Contrato;

14.5.27 Em caso de redesignação de gestores durante o curso da vigência do Contrato, deverá o Gestor anterior entregar o Relatório de Gestão do Contrato ao novo Servidor designado mediante



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



comprovação de recebimento, preferencialmente via intrajus;

14.5.28 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário de acordo com as seguintes disposições, além daquelas previstas no Termo de Referência, Anexo VI do Edital PE 008/2024:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como pelos atos preparatórios à instrução processual e pelo encaminhamento da documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos relativos a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização exercida pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade, assegurando o alcance dos objetivos propostos e esperados, notadamente o atendimento às necessidades que motivaram a contratação; e

V – Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

15.3.1 advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VII, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
“Departamento de Compras, Licitações e Contratos”



14.133/2021;

15.3.3 multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VI da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;

15.3.4 multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);

15.3.5 multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);

15.3.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

15.3.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

15.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando solicitada.

15.5 Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no Sicaf, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros.

15.5.1 A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio.

15.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da licitação e aquelas constantes da proposta de preços.

16.2 É competente o foro da Comarca de Ariquemes (RO), para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento contratual.

E, estando justos e contratados, os representantes das partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias, de igual teor, para que surtam os devidos efeitos legais.

Rio Crespo-RO, _____ de _____ de 2025.



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
*“Departamento de Compras, Licitações e
Contratos”*



ÓRGÃO GERENCIADOR FORNECEDOR
TESTEMUNHAS: